



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DO PANTANAL**

DALVA MACIEL CORRÊA

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE
PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS**

**CORUMBÁ – MS
2017**

DALVA MACIEL CORRÊA

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE
PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

Linha de Pesquisa: Ocupação e Identidade Fronteiriças.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin.

**Corumbá – MS
2017**

DALVA MACIEL CORRÊA

**A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE
PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Fronteiriços.

Aprovado em 08/12/2017, com conceito Aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin
(Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

1º avaliador: Prof. Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

2º avaliadora: Profa. Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos
(Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Aos meus filhos, Carlinhos e Guilherme, por me proporcionarem
os melhores sorrisos e
me ensinarem a arte
de ser mãe!

Sou feita de retalhos

Sou feita de retalhos

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando
na alma.
Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser
quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...
Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...
Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que
vão se tornando parte da gente também.
E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...
Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me
permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu
também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser
parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso
bordado de "nós"

(Cora Coralina)

AGRADECIMENTOS

A Deus e aos Protetores que me abençoaram e me conduziram em mais uma conquista da minha vida profissional e acadêmica.

Aos meus pais, em especial ao meu pai (*in memoriam*), Carlos Mário, minha grande referência de vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin, pelo apoio e pela dedicação.

Aos membros da minha banca, Profa. Dra. Rosana Cristina Zanelatto Santos e Prof. Milton Augusto Pasquotto Mariani, pelas valiosas contribuições para a conclusão desta dissertação. Quão honroso é tê-los em minha banca.

Ao Prof. Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira, pela satisfação e pela oportunidade de ter sido sua aluna.

Ao Prof. Dr. Ary Tavares, pelo apoio e pelo incentivo no decorrer da pesquisa.

À minha irmã Jacqueline, pelo apoio e por ser uma referência de grande relevância na minha vida.

Ao Dr. Rafael Garanhani, meu médico, pelo apoio e pela ajuda nos momentos mais difíceis desta jornada. Obrigada!

À minha amiga Joanna Amorim, pela amizade, pela parceria no decorrer do curso e pelos momentos agradáveis, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos colegas de turma Nádia, Rogerson e Thiago, pelos momentos descontraídos durante o Curso.

Aos docentes do Curso, pelo empenho em compartilhar seus conhecimentos.

À Gabriele, secretária do Curso, pela agilidade e pela eficiência em realizar seu trabalho.

CORRÊA, Dalva Maciel. A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS. 64 p. 2017. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá, MS).

RESUMO

Esta dissertação apresenta uma proposta de roteiro turístico para a cidade de Corumbá, tendo como foco a temática das batalhas ocorridas durante a Guerra da Tríplice Aliança na fronteira oeste do estado de Mato Grosso do Sul. A proposta foi estabelecida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de observação assistemática. O roteiro foi elaborado com base nos atrativos que evidenciam episódios do conflito. Foram estudados os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças do roteiro turístico proposto, por meio da ferramenta de análise SWOT, que permite o estudo do ambiente tanto internamente, quanto externamente. As práticas de turismo cultural, quando bem articuladas, podem ser utilizadas como alternativa de desenvolvimento econômico para uma região, além de promoverem a conservação do patrimônio histórico e cultural, uma vez que são essenciais para sua realização. Acredita-se que a implementação da proposta apresentada na forma de diretrizes possibilitará o desenvolvimento turístico da região.

PALAVRAS-CHAVE: Fronteira. Guerra da Tríplice Aliança. Turismo Cultural. Roteiro turístico. Turismo de Guerra.

CORRÊA, Dalva Maciel. A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM CORUMBÁ-MS. 64 p. 2017. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso Do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá, MS).

RESUMEN

Esta disertación presenta una propuesta de guía turística para la ciudad de Corumbá, teniendo como foco la temática de las batallas hechas en la Guerra de la Tríplice Alianza en la frontera oeste de Mato Grosso do Sul. La propuesta fue establecida por medio de investigación bibliográfica y documental, además de observación asistemática. La guía fue elaborada con base en los atractivos que evidencian cenizas del conflicto. Fueron estudiados los puntos fuertes, débiles, oportunidades y amenazas del recorrido turístico propuesto, por medio de la herramienta de análisis SWOT, que permite el estudio del ambiente tanto internamente cuanto externamente. Las prácticas de turismo cultural, cuando bien articuladas, pueden ser utilizadas como alternativa de desarrollo económico en una región, además de promover la conservación del patrimonio histórico y cultural, pues son esenciales para su revitalización. Se cree que la implementación de la propuesta presentada en forma de directrices posibilitará el desarrollo turístico de la región.

PALABRAS-CLAVE: Frontera. Guerra de la Tríplice Alianza. Turismo Cultural. Guía Turística. Turismo de Guerra.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise SWOT	43
Figura 2: MUPHAN	48
Figura 3: Ladeira Cunha e Cruz	49
Figura 4: Praça da República	50
Figura 5: ILA	51
Figura 6: Praça da Independência	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro do Circuito e suas Principais Características	54
Quadro 2: Análise SWOT do Conjunto de Localidades	56
Quadro 3: Diretrizes de Implementação da Proposta do Roteiro Turístico	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: O Meridiano de Tordesilhas	22
Mapa 2: Expansão Territorial do Brasil Período Colonial	25
Mapa 3: Mapa com o Trajeto do Roteiro Proposto	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT –** Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- ILA –** Instituto Luiz de Albuquerque.
- IPHAN –** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- FIC –** Faculdades Integradas Curitiba.
- MUPHAN –** Museu da História do Pantanal.
- NPTG –** Núcleo de Pesquisa em Turismo de Guerra.
- UNESCO –** Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
- UFMS –** Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	20
1.1. A Guerra.....	20
1.2. Turismo Urbano, Turismo Histórico Cultural e Turismo de Guerra.....	30
1.3. Roteiro Turístico Definições e Conceitos	38
1.4. Análise S.W.O.T.	41
CAPÍTULO 2	
2. RESULTADOS FINAIS	45
2.1 Potencial para o Segmento de Turismo Histórico Cultural e de Guerra em Corumbá-MS.....	45
2.2 Proposta do Roteiro Turístico.....	47
2.3 Roteiro do Circuito / Características.....	54
2.4 Análise SWOT dos Atrativos.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

Apesar de representarem sucessivas formas de entendimento entre as coroas portuguesas e espanhola no que se refere à divisão de terras na América, os Tratados de Tordesilhas (1494), de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) não forneciam elementos suficientes para estabelecer de forma definitiva os limites territoriais. E, por mais que as coroas portuguesa e espanhola tentassem estabelecer seus domínios na América, a realidade era outra:

As linhas demarcatórias eram estabelecidas no 'além-mar' e, no 'aquém' era difícil delimitá-los. Não eram precisas, não havia interesse em obedecê-las. Pelas raias fronteiriças, bandeavam-se pessoas, animais, mercadorias e, dentre estas, escravos. Enquanto os governos coloniais estipulavam domínios, a população transitava sobre marcos e linhas imaginárias (REICHEL, 2003, p. 285).

Foi o quarto governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772 – 1789), quem efetivamente iniciou a política de ocupação de toda a fronteira oeste brasileira; foi ele quem mandou executar um levantamento das principais vias de navegação e com isso implantar guarnições militares e centros urbanos, para garantir a ocupação, deter o avanço espanhol e estabelecer um maior controle sobre as comunidades indígenas (CORRÊA, 1999).

Com o deslocamento de colonos do norte de Mato Grosso para o sul a partir de 1834, ainda assim, o principal elemento de trabalho era o indígena, com consequências dramáticas para este, na medida em que determinou o seu engajamento em uma economia de caráter semi-escravista, não obstante a oposição que ele fez ao ver-se expropriado de suas terras, seu gado, seus bens e sua gente. A coroa portuguesa e depois o Império brasileiro ignoraram completamente o tratamento violento que os soldados, os colonos e as autoridades deram aos povos nativos nesse período; para eles o importante era,

naquele momento, assegurar a posse daqueles imensos territórios ainda desconhecidos (ESSELIN, 2011).

Conforme Corrêa (1999), as fronteiras do Brasil com o Paraguai só foram definidas após a Guerra da Tríplice Aliança. A guerra foi o maior conflito ocorrido na América do Sul no século XIX, tanto pelo contingente de recursos humanos que mobilizou quanto por seu tempo de duração (1864-1870). O início do conflito, oficialmente, data de dezembro de 1864, porém, um ano antes, ocorrera a primeira ofensiva paraguaia contra o Império brasileiro. De um lado da guerra, estava a República do Paraguai, então sob o comando de Francisco Solano López; do outro, a Tríplice Aliança, formada pelo Império brasileiro e as Repúblicas da Argentina e do Uruguai.

Um conjunto de fatores, mas, sobretudo, a tentativa por parte do Império brasileiro de ter uma maior influência na região da Bacia Platina, é que desencadeou a guerra. O conflito foi deflagrado com a invasão das tropas imperiais no Uruguai e com o bloqueio imposto pela marinha brasileira ao porto de Montevidéu, com a justificativa de socorrer produtores rio-grandenses que se diziam perseguidos pelas autoridades daquele país.

O Paraguai considerou a invasão ao Uruguai como um *casus-belli* e, por conta disso, precipitou a guerra: em represália, apreendeu o vapor brasileiro Marquês de Olinda, que fundeava em águas do rio Paraguai na região de Humaitá. O navio pertencia à Companhia Brasileira de Vapores e fazia o transporte de cargas e de passageiros entre Montevidéu e Corumbá, trazendo a bordo o presidente nomeado da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos. Foi feito o aprisionamento do navio e de toda a sua tripulação e dos que nele viajavam. Com a apreensão da embarcação, foi anunciado em novembro de 1864 o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai (BETHELL, 1995).

O desdobramento de uma disputa territorial litigiosa que, mais tarde, se expandiu para a província argentina de Corrientes e para o Rio Grande do Sul contribuiu para essa tensão. Somam-se a isso as disputas entre partidos políticos da Argentina e do Uruguai, o interesse do Império brasileiro em manter, sem

muitas alterações, a realidade política do Uruguai e o fato de Solano López desejar participar mais ativamente da política do Prata (DORATIOTO, 2002).

A política do Império do Brasil em relação ao Paraguai buscou alcançar três objetivos. O primeiro deles foi o de obter a livre navegação do rio Paraguai, de modo a garantir a comunicação marítimo fluvial da província do Mato Grosso com o restante do Brasil. O segundo objetivo foi o de buscar estabelecer um tratado delimitando as fronteiras com o país guarani, de modo a ratificar pelo direito internacional a expansão territorial brasileira ocorrida desde o período colonial. Por último, um objetivo permanente do Império até seu fim em 1889, foi o de procurar conter a influência argentina sobre o Paraguai, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo vice-reino do Rio da Prata, incorporando o Paraguai (DORATIOTO, 2002, p. 471).

A Guerra do Paraguai terminou em 1870, com a morte de Francisco Solano López depois de um longo período de fuga e de resistência, e a vitória da Tríplice Aliança. A partir daí, o conflito recebeu diferentes interpretações, dividindo-se a historiografia do Brasil em três correntes: uma nacional patriótica, a revisionista e a contemporânea.

No tocante a Mato Grosso, a invasão paraguaia transformou-se em um divisor de águas no processo de ocupação da fronteira oeste, promovendo mudanças significativas em seu processo histórico, sobretudo no setor econômico, que passou a receber influência direta e decisiva da região do Prata. O fim da guerra e a derrota da República do Paraguai e a sua destruição favoreceu o Império brasileiro na demarcação das fronteiras como melhor lhe convinha (CORRÊA, 1999).

Em face desse contexto histórico, a atividade do turismo pode vir a ser uma ferramenta importante para ajudar na compreensão, no esclarecimento e na divulgação de fatos importantes da História do Brasil.

Para Tavares (2002, p. 14), os roteiros turísticos “[...] são itinerários de visitação organizados.” Nesse sentido, os roteiros devem contemplar tanto os turistas quanto a comunidade local, ganhando uma importância didática e contribuindo para o autoconhecimento do próprio local. O roteiro deve ser

elaborado seguindo as etapas do resgate histórico da Guerra da Tríplice Aliança e a formação da fronteira oeste do Mato Grosso com o Paraguai, o contexto sociocultural, o estudo da demanda real e potencial e a definição do roteiro de acordo com o que se tem em tela.

Diante do exposto, a elaboração de roteiro turístico se faz necessária e visa aproveitar essa temática, presente no patrimônio material e imaterial do município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, ainda inexplorada e pouco difundida ao público.

A elaboração de um roteiro turístico deve levar em conta as orientações do Ministério do Turismo, por meio de um processo de roteirização em que atrativos, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo são organizados de forma integrada, constituindo produtos.

Fraga (2002, p.44) descreve o Turismo de Guerra assim:

[...] na verdade fazer com que o visitante esteja em contato a lugares que ocorreram tais conflitos, e que hoje preservam fragmentos desses episódios como forma de manter viva parte de sua história, por meio de: museus, mausoléus, cemitérios, monumentos, sítios arqueológicos, entre outros elementos constantes na paisagem.

Ainda de acordo com Fraga (2002, p.49), o contato com o lugar:

[...] pode propiciar uma viagem mental à história de um país em construção. Pisando e sentindo paisagens antigas, o turista experimenta a insólita relação com o espaço poético e/ou a imagem poética.

Apesar de o Turismo de Guerra estar indiretamente inserido noutras modalidades turísticas, Fraga (2002, p. 48) destaca que:

O Turismo de Guerra apresenta novo chamamento de marketing e abriria nova possibilidade de perfil do turista, podendo abraçar os

mais cultos e interessados pela formação e história nacional, assim como os aventureiros, os exóticos e muitos outros.

Fraga (2002) assevera que o Turismo de Guerra propõe uma nova forma de pensar o turismo brasileiro, buscando a inserção de novas paisagens no contexto espacial dessa atividade mercadológica, com profunda possibilidade econômica, principalmente em regiões carentes no plano socioeconômico de um país com dimensões continentais e com construção histórica pautada em guerras internas e revoltas populares, com profundas marcas no espaço.

Com o título “A Guerra da Tríplice Aliança Como Campo de Possibilidade Para o Desenvolvimento da Atividade Turística em Corumbá-MS”, este trabalho apresenta-se como uma possibilidade de resgate histórico da guerra, por meio da proposta de um roteiro turístico que tem por objetivos fortalecer a imagem da cidade, que hoje está centrada no turismo de pesca, e fortalecer outros segmentos do turismo, nesse caso o turismo histórico cultural e de guerra, aumentando o período de permanência de turistas, bem como proporcionando uma forma organizada, educativa e proveitosa de lazer tanto para visitantes quanto para residentes.

Para responder à problemática e aos objetivos da pesquisa em tela, os procedimentos metodológicos se pautam em pesquisa bibliográfica e qualitativa.

A pesquisa bibliográfica é o primeiro passo na constituição eficaz de um conjunto investigativo, sendo uma técnica que atende a diferentes finalidades, entre as quais, auxiliar o pesquisador a ampliar seus projetos. Essa modalidade de pesquisa tem a incumbência de fundamentar teorias necessárias ao entendimento e à compreensão dos elementos estudados pelo pesquisador. Em qualquer situação de pesquisa, independente do campo das ciências, conjetura-se a exigência de pesquisa bibliográfica prévia, quer de forma exploratória, quer para justificar os objetivos e as contribuições para a própria pesquisa (RUIZ, 2002).

Com base no material bibliográfico, é possível delinear e explicar o estado atual sobre a matéria selecionada, coligindo as pesquisas que estão sendo praticadas ou que já foram elaboradas no passado, fazendo a identificação do

artifício de pesquisa costumeiramente usado. Permite-se, também, apontar instituições e centros de pesquisa onde o assunto a ser pesquisado vem sendo desenvolvido; auxiliar no levantamento dos pesquisadores mais importantes que têm se debruçado sobre determinada temática; e auxiliar na geração de hipóteses para o projeto do pesquisador.

Para Ruiz (2002), a bibliografia é o conjugado das produções escritas para ilustrar as fontes, com o intuito de divulgá-las e analisá-las, refutando-as ou concordando com elas. É toda a literatura originária de determinada fonte ou a respeito de determinado tema. De modo geral, todo estudo impõe algum tipo de pesquisa bibliográfica. Existem também pesquisas construídas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Nessa espécie, incluem-se principalmente os estudos exploratórios, descritivos e aqueles sobre as diversas faces de um problema.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002). Esse ganho torna-se importante quando o problema de estudo requer a obtenção de informações dispersas em uma determinada dimensão ou nos estudos históricos.

Para Marconi e Lakatos (1999), existem diversos tipos de fontes bibliográficas: livros, publicações periódicas, publicações em jornais e revistas, catálogos, desde que seu grau de autenticidade e de veracidade seja comprovado.

A pesquisa qualitativa é uma atividade que visa à construção da realidade, preocupando-se precipuamente com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações e que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para a elaboração do roteiro turístico desenvolvido nesta dissertação, foram selecionados os atrativos relacionados à Guerra da Tríplice Aliança existentes na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A etapa seguinte referiu-se ao teste do roteiro, com o intuito de simular a realização do programa estabelecido e perceber a integração dos atrativos com a temática central. Essas

ações foram responsáveis pelo planejamento e pela idealização da proposta, sinalizando algumas alterações pertinentes para uma melhor elaboração e a obtenção de resultados satisfatórios.

Para o desenvolvimento da proposta, no Capítulo 1, são analisados o processo histórico da Guerra da Tríplice Aliança e a formação da fronteira oeste de Mato Grosso, com foco nas preocupações das potências expansionistas e colonialistas em controlar a bacia platina e a internacionalização das águas do rio Paraguai como fator imprescindível para a expansão dos interesses econômicos e políticos na região. No Capítulo 2, é apresentado um roteiro turístico para o município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, tendo como temática conflitos beligerantes nacionais e internacionais a partir da análise da oferta turística.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 – A Guerra da Tríplice Aliança

O Meridiano de Tordesilhas¹, que separava o território lusitano do território espanhol, foi, na sua época, uma fronteira definida conceitualmente, mas não delimitada e demarcada. Nesse sentido, as fronteiras entre a América espanhola e a América portuguesa, no sul do Novo Mundo, eram imprecisas.

Segundo Magnoli (1997, p. 47), o Tratado de Tordesilhas, do ponto de vista histórico, representava uma partilha prévia ao empreendimento colonial; do ponto de vista da sua lógica geográfica, representava uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância do território do Novo Mundo.

Além disso, existe uma justificativa plausível para toda a imprecisão dos limites territoriais entre as possessões sul-americanas das duas Coras Ibéricas. Conforme nos relata Machado (2000), só no século XVIII a relação entre limite e fronteira territorial foi desenvolvida na Europa. Até então, os limites das possessões, fossem reinos ou soberanias, eram, com frequência, imprecisos. Foi no decorrer daquele século que se difundiu na Europa a noção de muro-fronteira ou de uma razão de Estado linear.

Essas tentativas de demarcação dos limites do Brasil no período colonial foram formalizadas por meio da assinatura de tratados entre Portugal e Espanha: Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777), que praticamente confirmou o Tratado de Madri.

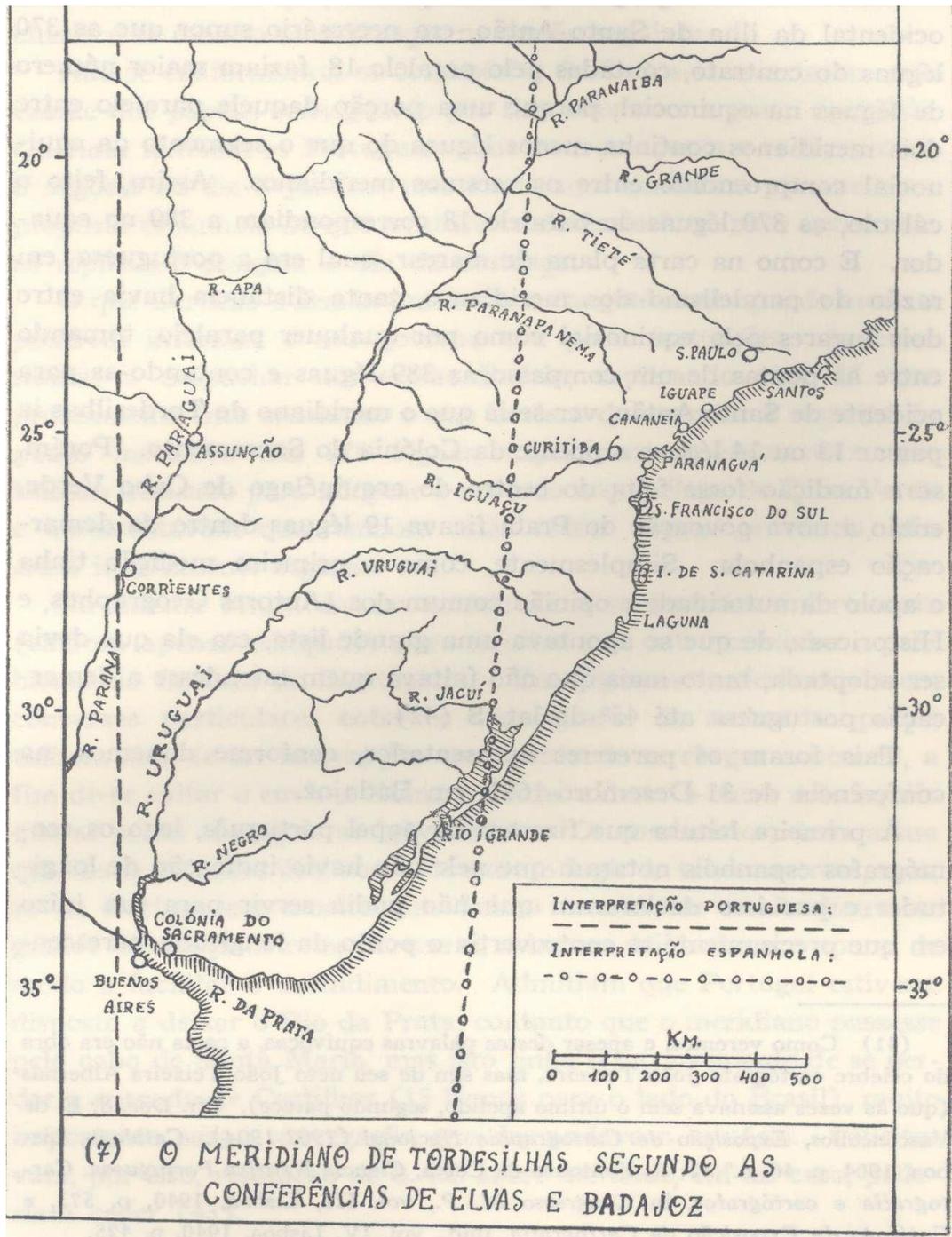
Segundo Machado (2000), no Tratado de Madri e, posteriormente, no Tratado de Santo Ildefonso, a concepção de fronteira implícita nos textos, ou seja,

¹ O Tratado de Tordesilhas, em sua linguagem redundante, pretendia especificar minuciosamente a divisão das terras entre Portugal e Espanha. Assim reza o trecho que estabelece a posição dessa linha: “[...] que se faça e assinale polo dito mar oceano uma raia ou linha direita de pólo a pólo, a saber do pólo ártico ao pólo antártico, que é de norte a sul. A qual raia ou linha se haja de dar e dê direita, como dito é, a trezentas e setenta léguas das ilhas do Cabo Verde pera a parte do ponente, por graus ou por outra maneira como melhor e mais prestes se possa dar de maneira que não sejam mais nem menos[...]” (TORDESILHAS, 1494).

a escolha dos lugares de referência para o traçado da linha-limite das terras revela a enorme importância atribuída aos lugares de comunicação, usualmente coincidentes com pontos estratégicos de passagem da rede fluvial e de caminhos. São esses lugares que dão coerência à localização das fortificações, todas situadas nos lugares-ponto por onde confluíam circuitos de contrabando. Além desses lugares estratégicos, o traçado da linha-limite adotada no Tratado de Madri tomou como referência os lugares de povoamento, em especial as terras sob domínio das missões religiosas. As missões espanholas se estendiam pelo centro do continente, desde o Paraguai até Maynas (na Amazônia), formando uma faixa fronteiriça no sentido norte-sul, exercendo o mesmo papel, aliás, que tiveram as missões religiosas portuguesas na parte oriental da bacia amazônica. Esses segmentos foram essenciais para o traçado de limites e para a aplicação do princípio do *uti possidetis*.

O Tratado de Madri, ao estabelecer pela primeira vez as linhas divisórias entre os domínios de Portugal e da Espanha, adotando como critério *utis possidetis*, isto é, o reconhecimento do direito de posse a partir do efetivo povoamento e exploração da terra, legitimou a apropriação portuguesa do território cujos limites permanecem grosseiramente os mesmos de hoje. Todavia, o Tratado de Madri, efetivamente, delimitou apenas alguns trechos das fronteiras atuais do território brasileiro, tomando como referência os acidentes físicos, mais precisamente os cursos conhecidos de alguns rios: o trecho da nossa fronteira atual com a Argentina correspondente ao curso do rio Uruguai e o trecho da nossa fronteira atual com a Bolívia referente ao curso do rio Guaporé (BECKER e EGLER, 2003, p. 46).

Por não haver o reconhecimento do direito indígena ao território, grande parte das terras era tida como espaços vazios. Os limites seguiram, nesse caso, os acidentes físicos, ou seja, a fronteira natural, principalmente, as fronteiras fluviais, conforme demonstra o mapa abaixo:



Conferência de Elvas e Badajoz ²

Fonte: Almeida (1957, p.197).

²A Conferência de Elvas e Badajoz foi uma negociação diplomática entre as Coroas de Espanha e de Portugal, visando encaminhar a chamada Questão das Molucas. Os resultados obtidos pela Conferência assim reunida revelaram-se nulos (ALBUQUERQUE, 1973).

De acordo com Mello (1965), a expansão territorial realizada pelos bandeirantes se fez pelo vazio deixado pelos espanhóis, ou seja, foi pelo abandono e pelo desinteresse dos espanhóis é que grandes porções das terras devastadas pelos bandeirantes vieram a fazer parte do Brasil. No período de 1641 a 1718, toda a região onde seria mais tarde assentado o Presídio de Coimbra foi palmilhada pelos bandeirantes paulistas e pelos jesuítas do Itatim, do Chaco e de Chiquitos (por terra e por água). De um lado, havia os missionários realizando o trabalho de evangelização em suas reduções e, de outro, a presença destruidora dos bandeirantes.

No entanto, o que Mello (1965) considera como desinteresse dos espanhóis por grandes extensões de terra pode ser entendido como uma ação dos bandeirantes paulistas que atacavam as reduções jesuítas para se apropriarem de índios e de seu trabalho, para que eles fossem levados para São Paulo e escravizados em suas lavouras de trigo, ou ainda comercializados no litoral nordestino.

Mello (1965) dimensiona que o Tratado de Madri foi favorável a Portugal, pois o sul do Mato Grosso, que a princípio foi ocupado pelos espanhóis, passou para Portugal, em função das viagens dos bandeirantes para além do Rio Paraguai, e a ocupação do Presídio de Coimbra propiciou a posse definitiva do médio Paraguai, devido à sua importância estratégica.

A expulsão das missões jesuíticas das colônias espanholas resultou em vantagens para o Mato Grosso, pois suas fronteiras foram aliviadas da competição espanhola, facilitando sua expansão em toda a faixa ocidental. Muitas das áreas ocupadas pelos padres sofreram grave esmorecimento, porque com a saída deles seguiu-se o despovoamento e a ruína das missões. Tão logo o Tratado de Madri foi assinado e considerado um marco geográfico muito importante, a Coroa Portuguesa, em 1754, portanto apenas quatro anos após a sua assinatura, tratou de despachar, de Portugal para o Brasil, imensos blocos de pedra esculpidos em forma piramidal, contendo inscrições que declaravam aquelas terras de domínio português. Apesar das dificuldades não só pela extensão do território, mas também pela falta de povoamento de não índios para ocupar aquelas áreas, era a maneira de legitimar o poder sobre os territórios.

Esses marcos foram espalhados por grande parte do território mato-grossense com relativo sucesso (MELLO, 2014).

Entretanto, o autor ressalta que com a anulação do Tratado de Madri os limites da América ficaram flutuantes e novo Tratado de Santo Ildefonso (1777) lesou Portugal, tirando-lhe a Colônia de Sacramento e parte do Rio Grande, sem compensação alguma. Por outro lado, o insucesso das demarcações redundou em notável proveito para Portugal. De acordo com Mello (2014, p.144),

Enquanto grande parte das demarcações do Tratado de 1750 corra com relativa presteza, as que resultaram do convênio de 1777 ficaram em delongas, chicanas e esquivanças, provocadas quase sempre, de indústria pelos demarcadores portugueses, que, de tal arte, conseguiram eternizar as conversações, firmar ocupações de terrenos que deveriam restituir e amofinar os colegas castelhanos, os quais cansados de protelações abandonavam os pontos de espera ou neles morriam sem lograr muitos deles um só encontro com os comissários portugueses.

O Império brasileiro tinha interesses geopolíticos e econômicos na região platina. Era através da navegação dos rios Paraná e Paraguai que a Província do Mato Grosso mantinha contatos regulares com o resto do país, já que o caminho terrestre, difícil e demorado, não servia a tais necessidades. Era no Prata que se encontravam as fronteiras dinâmicas do Brasil, onde havia intercâmbio comercial e humano, desde que nas regiões do Norte e Oeste praticamente inexistiam concentrações populacionais (DORATIOTO, 2002).

Na questão fronteiriça, o Império brasileiro norteava-se pelo princípio do *uti possidetis*. Por este, a posse de um território litigioso é definida em favor do país que o ocupe efetivamente, quer por seus agentes oficiais, quer pela presença de seus cidadãos. Tal critério beneficiava o Império brasileiro, que, graças ao expansionismo colonial português, tinha súditos seus ocupando territórios que, pelos acordos do século XVIII entre Portugal e Espanha, caberiam aos países vizinhos. Conforme demonstra o mapa abaixo:



Fonte: Peregalli (1984, p. 33).

O Estado brasileiro, no final da década de 1840, ao contrário dos seus vizinhos do Sul, já se definira, assumindo um caráter monárquico e oligárquico-escravocrata. Construída a união interna, o Império pôde voltar-se para o Prata e estabelecer, então, uma política de contenção de Buenos Aires. Esta consistia em apoiar as independências uruguaia e paraguaia e aliar-se com as facções políticas no rio da Prata, inclusive os federalistas dentro da Confederação Argentina. Os federalistas se opunham ao projeto político centralizador e expansionista pelo qual a burguesia daquela cidade buscava se apropriar dos

excedentes gerados pelas províncias do interior e criar um mercado nacional. Assim, no Uruguai, o Império brasileiro respaldou, na guerra civil de 1838 a 1851, a facção política dos colorados, ligada a interesses comerciais e defensora da liberdade de comércio e de navegação, contra a dos blancos, composta principalmente por grandes proprietários de terras e com vinculações com Buenos Aires. Já na Argentina, o Brasil apoiou a oposição federalista na derrubada, em 1852, do ditador Rosas (DORATIOTO, 2002).

Com relação ao Paraguai, desde a década de 1810 e até o ano de 1840, foi governado por José Gaspar de Francia, que isolou o país como forma de manter sua independência ante as ambições expansionistas de Buenos Aires. Por sua posição estratégica, controlava a navegação do rio da Prata e podia, portanto, criar obstáculos às passagens que se originassem ou se dirigissem ao Paraguai, dificultando o acesso desse país às rotas do comércio internacional.

Com a morte de Francia em 1840, o Império brasileiro aproximou-se do Paraguai, apesar da forte pressão diplomática em sentido contrário, exercida por Rosas, com o qual o Rio de Janeiro manteve tensas relações durante praticamente toda essa década. Rosas, nesses anos, tentou, infrutiferamente, influenciar a opinião pública brasileira, procurando inserir artigos favoráveis aos interesses argentinos na imprensa carioca.

Em 1844, o governo imperial enviou para Assunção o diplomata José Antônio Pimenta Bueno, o futuro Marquês de São Vicente. A missão do plenipotenciário tinha como objetivo o reconhecimento da Independência do Paraguai, mediante uma aliança contra Rosas, que naquele momento procurava criar uma situação favorável para incorporar o Paraguai à Confederação Argentina (TEIXEIRA, 2012).

O Paraguai havia declarado a sua independência em 1811, logo após o fim do Vice-Reinado do Prata, mas teve sua soberania reconhecida somente em 1843 pelo Chile e pela Bolívia; o Brasil só reconheceu a soberania paraguaia em 1844. Conforme Teixeira (2012, p. 59), “Naquele ano, lutando pela hegemonia no Prata, o império organizou-se para afastar a possibilidade de que Rosas anexasse o Paraguai e o Uruguai, reconstruindo o Vice Reinado”.

O reconhecimento argentino da independência paraguaia, na década de 1850, pôs fim às dificuldades de navegação para o país guarani via Porto de Buenos Aires, e Carlos López pôde, gradualmente, retirá-lo de seu isolamento. Foi então promovida a exportação de produtos primários e a expansão das chamadas Estâncias da Pátria – áreas estatais de produção agropecuária, o que permitiu “[...] uma notável arrancada industrial, marcada pela construção de uma das primeiras ferrovias da América Latina e a instalação de linhas telegráficas, estaleiros para a produção de barcos de carga e de passageiros, fabricas de louça, papel, pólvora, e a fundição de ferro de Ibicuí’ (SILVEIRA, 2009, p.102).

Com os recursos advindos das exportações, foi possível ainda ao governo do Paraguai promover a vinda de dezenas de técnicos europeus, sobretudo engenheiros, para promoverem a melhoria da infraestrutura do Paraguai e promover o desenvolvimento da indústria.

Embora o clima fosse de hostilidades entre os governos do Brasil e do Paraguai em relação às suas fronteiras, os cidadãos dos dois países continuavam mantendo contatos, desrespeitando as ordens de seus respectivos governos (ESSELIN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Oliveira (2005, p. 377),

[...] na região de fronteira há complementariedades de toda ordem, todos sabemos, o que as transforma em subsistemas abertos pouco condicionados às amarras das burocracias estatais. As coisas, os fatos, os atos – enfim a vida – a vida – que ocorre ali, é movida por necessidades e/ vontades que fogem dos grilhões do escopo legal.

Então, enquanto Paraguai e Brasil perdiam tempo no sentido de definir suas fronteiras, os fazendeiros estabelecidos na parte meridional da Província do Mato Grosso abriam novos acessos para melhorar suas relações comerciais e sociais (ESSELIN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2012).

Embora na fronteira as relações entre brasileiros e paraguaios fossem de extrema cordialidade, não se podia dizer o mesmo sobre o Estado, cujas as relações se deterioraram muito rapidamente – o Presidente Solano Lopes estava

convencido de que a guerra era inevitável (ESSELIN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2012, p. 92).

O primeiro ato de hostilidade da República do Paraguai contra o Império brasileiro aconteceu quando foi capturado o navio brasileiro Marquês de Olinda, que levava alguns oficiais e o presidente da província de Mato Grosso, coronel Carneiro de Campos. O coronel e os oficiais foram feitos prisioneiros, provocando o protesto da representação brasileira em Assunção. Em resposta, o governo paraguaio entregou nota pela qual rompia as relações com o Império e proibia a navegação de navios brasileiros no rio Paraguai. Na sequência, os paraguaios invadiram Mato Grosso, objetivando se impor numa guerra relâmpago, que lhes permitiria negociar as pendências fronteiriças e comerciais em condições favoráveis espíões (DORATIOTO, 2002).

Solano López tinha razões para crer na inferioridade militar do Império brasileiro em relação ao Paraguai. A negligência militar do governo imperial fez com que fossem enviadas para Mato Grosso, desde 1862, grandes quantidades de armas, munições e outros artigos bélicos, sem que fossem acompanhadas da tropa necessária para utilizá-las. Essa província encontrava-se vulnerável, tendo em vista a insuficiência de efetivo militar capaz de defendê-la da possibilidade, considerada improvável pelas autoridades brasileiras, de ataque paraguaio. Enquanto isso, do lado paraguaio, a invasão de Mato Grosso foi bem preparada, precedida desde 1862 pelo levantamento de informações por espíões (DORATIOTO, 2002, p.99).

A invasão Paraguaia em 1864 avançou sobre Coimbra, Miranda, Aquidauana, Nioaque, Dourados, Coxim e boa parte dos Pantanais. Provocou a desorganização das vilas e das fazendas de criação de gado bovino, saqueadas pelos paraguaios, que se serviram em especial dos rebanhos mato-grossenses encontrados para o abastecimento de seu contingente militar. Os habitantes dessa zona fronteiriça, que não foram afetados de forma direta pela invasão, sofreram as consequências do prolongamento da guerra, padecendo pelo isolamento, pela carestia do abastecimento e por outras dificuldades. Outros sofreram com o aprisionamento de suas famílias, levadas à força para Assunção,

e com a ruína de seus negócios e de suas propriedades (ESSELIN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2012, p. 93).

Com o final da Guerra do Paraguai e reestabelecida a navegação e iniciado o desenvolvimento do capital mercantil, da pecuária, da extração do mate, no extremo sul, e da borracha, no norte da província, o fator fronteira não desapareceu das preocupações do Estado imperial em relação a Mato Grosso. Novos quartéis foram construídos em Corumbá, em São Luiz de Cáceres e em Cuiabá. O arsenal da marinha foi reforçado e transferido para Corumbá. Os investimentos aplicados nas reformas e nas ampliações das instalações militares ajudaram na arrecadação de impostos da cambaleante província, até que sua produção se restabelecesse, após a desorganização que a guerra provocou (DOMINGOS, 2009).

Após a Guerra do Paraguai, mesmo que a fronteira com o Paraguai fosse demarcada, os elementos sensíveis que caracterizam uma fronteira continuaram. No caso de Mato Grosso, o desenvolvimento econômico da Argentina após a Guerra do Paraguai realimentou as preocupações com Mato Grosso, agora por parte dos militares, que não esqueceram o que havia ocorrido com aquela província durante a guerra. Defendiam que uma estrada de ferro permitisse a ligação direta do centro do Império com Mato Grosso e toda a fronteira oeste, sem depender dos rios da região do Prata, controlados pela Argentina e pelo Paraguai. Entre esses militares estava o general Osório, destacado líder militar e político (DOMINGOS, 2009).

A guerra consolidou a formação dos estados nacionais na região do Prata. Na Argentina, o país foi unificado e o poder foi centralizado na capital, Buenos Aires. O regime monárquico brasileiro viu o seu apogeu e o início da decadência, com a abolição da escravatura e a proclamação da República. O Paraguai e o Uruguai se consolidaram como países satélites do Brasil e da Argentina.

1.2 - Turismo Urbano, Turismo Histórico Cultural e Turismo de Guerra

O espaço urbano, de acordo com Castrogiovanni, não é construído para uma pessoa, mas para muitas, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica, diversidade social e, portanto, interesses. A cidade deve ser vista como uma representação da condição humana, e essa representação se manifesta por meio da arquitetura e da ordenação dos seus elementos. Olhar para as cidades é um prazer especial, por mais comum que possa ser o panorama urbano. A cidade é uma construção física e imaginária, compreende um lugar e faz parte do todo geográfico. O tecido urbano é dinâmico e está inserido no processo histórico de uma sociedade (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 23).

A cidade é o que é visto, mas, mais ainda, o que pode ser sentido. Os visitantes de uma cidade podem ter uma leitura muito tênue daquilo que um determinado espaço urbano pode significar em termos de prazer cotidiano para os fixos. O fenômeno urbano está vinculado à história moderna. A cidade é um mundo de representações. A cidade é viva, possui a sua própria identidade, apresentando um dinamismo de relações que se alteram ao ritmo de diferentes circunstâncias. A cidade deve ser vista como um bem cultural (CASTROGIOVANNI, 2001, p. 25- 31).

Para Gastal (2002, p. 77),

As diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Nesse sentido, Gastal (2002) assinala que a incorporação da noção de lugar de memória no âmbito do planejamento e na gestão da oferta de turismo cultural surge como fator capaz de promover uma maior integração entre as memórias individuais e coletivas e a sociedade. No âmbito do turismo cultural, a valorização dos conteúdos dos bens patrimoniais enaltece a experiência turística,

ao mesmo tempo em que fortalece os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio.

O planejamento adequado e a participação da comunidade local durante o processo de preparação de uma região para o desenvolvimento da atividade turística poderão ter um resultado positivo. A utilização do patrimônio cultural de forma adequada nesse planejamento pode fazer com que essa comunidade receptora sintam-se valorizada, e sua cultura passará a ser veículo de socialização entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo de um fazer de uma determinada comunidade (GASTAL, 2001, p.127).

Seguindo o que Murta (1995) relata sobre a interpretação de patrimônio, ou seja, o processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio de uma provisão de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais, essa provisão de informações pode ser feita de diversas formas; por meio de publicações como mapas, guias e folders, interpretações ao vivo de guias, atores e narradores, e de exposições, que ela divide em estáticas (placas, sinais painéis etc.) e animadas (instrumentos óticos, auditivos, mecânicos etc.)

De acordo com Murta (1995), essas informações devem ser elaboradas segundo princípios gerais; um deles é a necessidade da interpretação se dirigir à pessoa inteira, apresentando a história completa, em vez de parte dela. Outro deles é a adoção de uma abordagem abrangente, ligando os temas do passado, do presente e do futuro, realçando a dimensão histórica, ideológica e arquitetônica do ambiente.

O turismo cultural, da forma como o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e a preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos. A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, para quem e por que preservar. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e

desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2001).

A história regional representa uma ponte para o incremento da relação entre os museus e o turismo, mas não somente as cidades coloniais, dotadas de um patrimônio arquitetônico histórico, estariam propensas ao desenvolvimento do turismo cultural. É possível pensar em outros contextos turísticos – praias, regiões vinícolas, áreas de florestas – onde a ida a um museu seria mais uma das atividades do visitante interessado no passado do local (GOMES, 2001).

Com sua diversidade de paisagens e de situações de vida urbana, pode ser foco de atenção dos visitantes, como por exemplo, o desenho de uma calçada ou o simples movimento de pessoas em uma praça. Essas e outras atividades típicas de uma cidade podem reter a atenção do visitante, levando-o a escolher suas experiências pela cidade (ALLIS, 2014).

O turismo urbano é definido em função das motivações dos visitantes, assim como das formas e dos atributos das cidades que atraem os consumidores.

As principais características de análise são a variedade e a diversidade de facilidades e atrativos que o visitante encontra nas cidades, convenientemente localizadas para atender às demandas dos turistas e dos moradores (ALLIS 2012, p. 50).

Conforme Hayllar, Griffin e Edwards (2011, p. 3),

As áreas urbanas oferecem cenários sociais, culturais, físicos e estéticos sobre os quais a atividade turística pode se desenvolver. No entanto, são cenas que são compartilhadas, pelos turistas, com outras pessoas que são a maioria – a estética e a cultura da cidade e seus residentes é que saúdam o visitante.

Seguindo nesse contexto, entende-se que a atividade turística no meio urbano não acontece somente por aquilo que se vê, mas também é realizado pela vivência, pela experiência provada pelo turista. O turismo urbano é considerado

um tema complexo, visto que depende de múltiplos fatores e passa por constante modificação relacionada à globalização. Conforme Castrogiovanni (2013, p. 382),

As mudanças urbanas invadem e provocam invasões, nem sempre benéficas aos interesses das políticas turísticas, mas que se traduzem em novos signos de identidade. Nasce um tecer que não é mais o que era e ao mesmo tempo está longe de ser o que será no futuro, que parece ser cada vez mais globalizado. Assim, o local se constitui numa solicitação da globalização, pois as redes de comunicação aceleram as relações entre os diversos e diferentes lugares, possibilitando ao lugar apresentar-se de forma transnacional.

Para Azevedo (2011), o turismo urbano compreende todas as atividades que os visitantes fazem na ocasião em que se encontram na cidade, considerando, ao menos, três tipologias de turismo urbano:

- aquela que evidencia as atividades culturais, como visitas a exposições, museus e monumentos, com o objetivo de enriquecimento cultural;
- aquela focada em eventos profissionais, congressos e feiras; e
- para atividades de lazer, incluindo os períodos de férias e considerando que as três dimensões se complementam.

O turismo é um fenômeno multidimensional e uma atividade fortemente ligada à cultura local e à paisagem urbana. São várias as vantagens decorrentes do desenvolvimento dessa atividade. Os países que aproveitam o seu potencial turístico, podem ser beneficiados com a valorização da dimensão cultural e das relações sociais estabelecidas entre os turistas e os núcleos receptores.

O turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2010).

A partir da década de 1970, começa a acontecer uma maior valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. O Ministério da

Educação e Cultura brasileiro reuniu governadores, prefeitos e representantes de instituições para assinatura do “Compromisso de Brasília”, no qual se reconhecia a necessidade de ações complementares em seus estados. Na década de 1980, houve um redirecionamento da política patrimonial mediante a ampliação do conceito de visão de Patrimônio Cultural incluso na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2009),

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;

III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência dos conjuntos dos elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), a atividade de Turismo Cultural está relacionada diretamente com o Turismo Cívico, o que ocorre em função de deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, fatos, observação ou participação em eventos cívicos que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinados locais. Esse tipo de turismo abrange elementos do passado e do presente relacionados à pátria, fatos, acontecimentos, monumentos e feitos políticos e históricos.

A preservação ativa do bem patrimonial pode servir a eventos culturais, como exposições, seminários escolares, entre outros. Dessa forma, o bem

patrimonial deve ser encarado como uma situação integrada e ativa no quadro econômico-financeiro local, regional e mesmo nacional, possuindo um uso efetivo, inserindo-se nesse contexto o interesse turístico, tanto direta quanto indiretamente (PELLEGRINI 1993, p. 109).

À representação da cultura denomina-se patrimônio cultural. Sobre esse conceito, faz-se necessário refletir que o conceito de patrimônio cultural, que tradicionalmente nos remete ao passado histórico, esquece, por vezes, que a produção presente constituirá o patrimônio cultural das futuras gerações (PELLEGRINI, 1993, p. 91).

Segundo Pellegrini (1993), pertencer a uma identidade cultural significa ser diferente dos comportamentos globais. Por isso, patrimônios culturais intangíveis como as formas de manifestações linguísticas, de relacionamento, de trabalho com a terra e os diversos tipos de culinária, passos de danças tornaram-se patrimônios da cultura e demonstram a riqueza da relação entre identidade e diversidade da cultura brasileira.

Para Fortuna (2012, p. 37), o significado de patrimônio é:

[...] um valor atribuído em negociação sociocultural. Portanto, resulta de uma ação de reflexividade social que pode ter uma expressão técnica ou mediata. Na sua expressão técnica, a valorização é fruto do juízo de especialistas e procede de cânones acadêmicos, técnicos e científicos. Na expressão mediata da reflexividade, enquanto perdem influência as considerações técnico-científicas, difundem-se os juízos resultantes de visões sociais mais populares e espontâneas, mas nem por isso menos legítimas.

Ainda de acordo com Fortuna (2012), a beleza de monumentos reenvia a uma seleção estética de elementos mais salientes de sua representatividade, em que um elemento emocional e dramático é sentido no momento da apreciação do valor e do significado atribuído a objetos, lugares ou práticas do passado.

O patrimônio cultural, de acordo com Carvalho (2010, p.17),

Diz respeito à construção física do espaço urbano, constituída pelos prédios, monumentos, edificações, acervos arquitetônicos, os quais são edificados em um determinado tempo e espaço. E diz respeito também à dimensão simbólica das diversas formas de agir, sentir e viver dos grupos sociais enquanto membros de uma comunidade, por meio dos ofícios e manifestações populares tradicionais, da gastronomia, das artes populares, do artesanato, os quais estabelecem processos de identificação e vinculação comunitária em relação a uma dada cultura.

Carvalho (2010) também explica e analisa que a apropriação e a coletivização do patrimônio cultural produzem nos ambientes urbanos lugares significantes, com os quais a comunidade local se afeiçoa e se identifica, pois relembram fatos ou acontecimentos pessoais, podendo vincular-se à infância, às atividades corriqueiras, aos encontros sociais e familiares e, conseqüentemente, fazem-se presentes na memória de indivíduos e grupos sociais específicos. Dessa forma, os lugares de memória apresentam elementos culturais e simbólicos e representam uma ligação com o passado, constituindo aspectos da identidade de diferentes grupos sociais, a partir de suas tradições e costumes que constituem aspectos de sua evolução num espaço vivido (CARVALHO 2011, p. 26).

Segundo Carvalho (2011), o turismo cultural é possível a partir do deslocamento turístico para lugares que possuem elementos culturais e ou históricos. Em geral, nesses lugares, diversos monumentos, complexos arquitetônicos e outros símbolos de natureza histórica são preservados. Sua importância se dá pela interação com o grupo que habita a localidade turística, procurando aproximar-se com a realidade e dela extrair elementos que possibilitem a compreensão em relação à construção do espaço visitado.

As cidades históricas estão relacionadas com o passado de um povo ou de uma cultura. De acordo com (Gomes, 2009, p 3-4),

[...] por isso, o turismo funciona como um pilar importante para a economia de muitas cidades históricas. É a herança histórica que faz com que elas sejam projetadas como centros de atração turística para muitos visitantes. A inclusão do turismo nas cidades históricas oferece novas oportunidades para a sua conservação e revitalização funcional. Assim, tanto pela importância da cultura visual, como pela relevância do fator histórico das cidades, a sua arquitetura histórico-monumental converte-se no elemento por

excelência da identidade das cidades, e também no recurso que mais interesse e curiosidade suscita entre os turistas. Como fator de atração, o património tem tanta importância devido aos seus aspetos materiais como socioculturais ou imateriais.

O turismo relacionado à guerra pode ser considerado parte integrante do turismo cultural, pois, ao praticá-lo, é possível aprender sobre temas e lugares mundialmente conhecidos, conhecer monumentos, construções e acervos relacionados à história de um país, estado, município ou nação, em áreas que no passado foram palcos de batalhas e que abrigam patrimônios históricos de reconhecida importância (PIRES; AMORIM, 2010).

Diante da importância de se explorar tal temática, fez-se necessário investigar sobre o segmento de Turismo de Guerra. Remontando à história de um país ou de uma região, o Turismo de Guerra apresenta-se como uma nova perspectiva de desenvolvimento, inclusive no Brasil (FRAGA, 2002).

Na Europa esse segmento do turismo é bastante explorado. Bem perto da Eurodisney, nos arredores de Paris, a França abriu sua mais nova atração turística: um museu totalmente dedicado à Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O país que mais recebe turistas no mundo vem percebendo que, além da Torre Eiffel e do Museu do Louvre, os visitantes se interessam, e muito, pelo seu passado de confrontos sangrentos. O governo de Nicolas Sarkozy investiu na potencialização desse mercado para o ano de 2014, quando foram comemorados dois importantes marcos: um foi o centenário do início da Primeira Grande Guerra e o outro foram os 70 anos do Dia D – em 6 de junho de 1944, quando tropas aliadas iniciaram o desalojamento dos alemães da Normandia.

O boom desse segmento turístico ocorre também em outros cantos do mundo. O campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, por exemplo, bate recordes de visitação; cerca de 1,5 milhão de pessoas visitam o local anualmente (ISTO E, 2012).

Nessa perspectiva, o segmento do Turismo de Guerra surge como uma oportunidade de fazer com que o visitante possa conhecer lugares marcados pela ocorrência de conflitos internos e revoltas populares e que preservam expressões

e fragmentos desses episódios, por meio de museus, mausoléus, cemitérios, sítios arqueológicos, dentre outros (FRAGA, 2002).

Com relação ao segmento de Turismo de Guerra no Brasil, percebe-se que ainda está começando. Uma das primeiras iniciativas brasileiras dessa modalidade foi idealizada por Nilson Cesar Fraga, por meio da criação do NPTG (Núcleo de Pesquisa em Turismo de Guerra) do curso de Turismo das FIC (Faculdades Integradas Curitiba), que juntamente com um grupo de alunos discutiu e elaborou o primeiro roteiro de Turismo de Guerra do Brasil, na Região do Contestado, localizada nos atuais limites dos estados de Santa Catarina e Paraná, palco de uma revolta de mesmo nome ocorrida entre os anos de 1912 e 1916 (HOBAL; MEDEIROS; FRAGA, 2009).

Também há o exemplo do projeto de instalação do roteiro turístico da Guerra de Canudos, ocorrida no fim do século XIX, em Monte Santo, onde viveu Antônio Conselheiro, no sertão baiano, que está em fase de implantação por um grupo de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (NORDESTURISMO, 2011).

Há, ainda, o “Reminiscências de Guerra em Curitiba”, com o itinerário turístico em Curitiba a partir da temática das revoluções e guerras nacionais e internacionais. Esse tipo de roteiro apresenta-se como uma possibilidade de desenvolvimento de uma nova temática para os roteiros tradicionalmente comercializados, podendo fortalecer a imagem da cidade, aumentar o período de permanência de turistas, bem como proporcionar uma forma organizada, educativa e proveitosa de lazer tanto para visitantes quanto para residentes (ANDRUKIU; CULTUR, 2015).

1.3 – Roteiro Turístico: Definições e Conceitos

De acordo com Souza e Corrêa (2000, p. 130), roteiro turístico é “[...] o itinerário escolhido pelo turista. Pode ser organizado por agência, ou seja, um roteiro programado, ou pode ser criado pelo próprio turista (roteiro espontâneo)”. Os autores relacionam roteiro a itinerário, ou caminho organizado.

Para Bahl (2004, p. 31),

[...] um roteiro turístico resume todo um processo de ordenação de elementos intervenientes na efetivação de uma viagem. O roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar.

Ainda de acordo Bahl (2004), os roteiros possuem uma lógica que direciona e orienta uma combinação de atividades e serviços que visa a atender os interesses dos mais diversos públicos. Além disso, um roteiro tem como prioridade a valorização dos aspectos culturais e naturais da localidade visitada, associada a um conjunto de serviços prestados com alto grau de qualidade, pois a finalidade maior de um roteiro turístico é tornar-se uma ferramenta facilitadora de divulgação, promoção e venda de um destino.

A criação de roteiros turísticos é determinada pelos fatores motivacionais, o que permite apresentar um leque de oportunidades de introdução de novos roteiros, o que de acordo com Bahl (2004, p.42),

[...] sugere um universo muito amplo de possibilidades para a criação e inserção de novos produtos no mercado, baseados em roteiros turísticos, evidenciando a necessidade de adequação das localidades receptoras em prol do melhor aproveitamento e adequação dos seus atrativos.

O retorno está na procura e no consumo do roteiro proposto:

[...] a chegada de turistas é o indicativo mais seguro para que os centros receptores se preparem e busquem o aumento do fluxo, ocasionando a expansão de serviços, aumento de arrecadação e crescimento calculado e, por isso, justifiquem a importância das viagens e dos roteiros (BAHL, 2004, p. 160).

De acordo com tais aspectos, a atividade turística depende dos roteiros e estes, por sua vez, dependem da oferta dos serviços turísticos, ambos

fundamentados no fator motivacional que impulsiona o deslocamento dos indivíduos.

Moletta (2002, p. 40) define roteiro turístico como um pequeno plano de viagem em que o turista tem a descrição de todos os pontos a serem visitados, bem como o tempo de permanência em cada local e a noção dos horários de parada.

Moletta (1998, p.16) observa que:

Para compor um roteiro cultural, alguns aspectos devem ser observados, pois o turista adepto desse tipo de turismo é exigente e aprecia o modo de vida, o sistema alimentar e as atividades recreativas de uma determinada localidade.

Ainda de acordo com Moletta (2002), para a divulgação e a comercialização dos roteiros são necessárias algumas medidas, tais como: participar de feiras de turismo, escolher meios de divulgação de acordo com o público que se quer atingir, criar folhetos e guias turísticos específicos, elaborar cd's, dvd's com vídeos, criar homepage na internet e utilizar a assessoria de imprensa de prefeituras.

Segundo Tavares (2002, p. 20-21), sobre a relevância dos roteiros turísticos, eles “[...] podem ser uma das importantes maneiras de contextualizar atrativos e aumentar o seu potencial de atratividade, o que pode dinamizar o potencial de atração turística da localidade”. Dessa forma, os roteiros turísticos podem ser organizados dentro de uma área que apresente certas peculiaridades ou afinidades. Em razão disso, formatam-se roteiros ou rotas turísticas, que são regiões que apresentam, além de similaridades na oferta turística, certos objetivos em comum em relação à atividade turística.

Para Tavares (2002, p. 14),

[...] roteiros são itinerários de visitação organizados e utilizados para a apresentação de programas efetuados com a finalidade de turismo. E não é somente uma sequência de atrativos, mas uma ferramenta de leitura da realidade existente no local.

O roteiro deve ser coeso e contextualizado, dando uma visão clara e abrangente do local visitado, para não correr o risco de ser incoerente em relação à história do local. Os roteiros são fundamentais na organização e comercialização do turismo como produto, pois são uma das formas de se contextualizar os atrativos, o que potencializa o seu poder de atratividade (TAVARES, 2002). Dessa forma, a definição de atrativos passa pelo reconhecimento e pela importância atribuídos a esses elementos na localidade onde estão inseridos. Entender como os atrativos influenciam nas viagens permite aos profissionais da área elaborarem roteiros que atendam às necessidades dos turistas.

O conceito mais atual é o do Ministério do Turismo (2007, p. 13). Segundo o Ministério do Turismo, roteiro turístico é “[...] um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro”.

1.4- Análise S.W.O.T.

Criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, da Harvard Business School, e posteriormente aplicada por inúmeros acadêmicos, a análise S.W.O.T. estuda a competitividade de uma organização segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Oportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Por meio dessas quatro variáveis, é possível fazer a inventariação das forças e das fraquezas de uma empresa e das oportunidades e das ameaças do meio em que a empresa atua. Quando os pontos fortes de uma organização estão alinhados com os fatores críticos de sucesso para satisfazer as oportunidades de mercado, a empresa será, por certo, competitiva no longo prazo (RODRIGUES, 2005).

De acordo com Montana e Charnov (2005), a análise S.W.O.T., também denominada análise F.O.F.A., em português, é uma ferramenta utilizada na

análise dos ambientes interno e externo, com a finalidade de formulação de estratégias. Nessa análise, identificamos as forças e as fraquezas da empresa, extrapolando então oportunidades e ameaças internas a ela.

Ainda segundo Montana e Charnov (2005), sua aplicação se divide em ambiente interno (forças e fraquezas) e ambiente externo (oportunidades e ameaças). As forças e as fraquezas são avaliadas pela observação da situação atual da organização, em geral, aliadas a fatores internos. Os pontos fracos, pela construção em uma organização, em seus recursos humanos incluem os recursos por experiência, capacidade, conhecimentos e habilidades. Já os recursos organizacionais são sistemas e processos da empresa como estratégias, estrutura, cultura e outros. Os recursos físicos são as instalações, equipamentos, tecnologia, canais, entre outros.

Segundo Chiavenato e Sapiro (2003), a função da análise S.W.O.T. é cruzar as oportunidades e as ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. A avaliação estratégica realizada a partir da matriz S.W.O.T. é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva. Trata-se de relacionar as oportunidades e as ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização.

Na matriz S.W.O.T., as quatro zonas servem como indicadores da situação da organização, como demonstrado na figura:

Análise Swot



Figura 1
Org. pela autora (2017).

De acordo com Chiavenato e Sapiro (2003), a análise do ambiente interno é importante, pois por meio dela a organização consegue verificar quais são suas forças e fraquezas, podendo obter vantagem competitiva, utilizando e potencializando suas forças para aumentar sua participação de mercado, elaborando estratégias para minimizar ou mesmo eliminar suas fraquezas.

O gestor precisa pensar em termos do que a organização pode fazer melhor e onde estão suas deficiências. Forças e fraquezas existem por conta de recursos que a organização possui ou não, da natureza de seus relacionamentos internos e com seus consumidores, empregados ou organizações exteriores (por exemplo, parceiros da cadeia de suprimentos, fornecedores, instituições financiadoras e órgãos do governo) (FERRELL; HARTLINE, 2009).

Para Daychouw (2010), o ambiente externo pode representar oportunidades ou ameaças ao desenvolvimento do plano estratégico de qualquer organização. A organização deve estar atenta ao ambiente externo, pois ele influencia diretamente nos fatores internos da organização.

A análise S.W.O.T. é um sistema simples e eficaz, propiciando a verificação da posição estratégica da empresa ou, no caso desta dissertação, do segmento turismo no ambiente em questão. Essa matriz analítica se torna uma ferramenta ideal no processo de gestão e de monitoramento do turismo de uma determinada localidade.

Para a elaboração do roteiro turístico, foram selecionados atrativos localizados na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, que tiveram representatividade e se identificam com o tema Turismo de Guerra.

Em face da importância de se estruturar um roteiro adequado aos objetivos propostos, é de fundamental importância a consulta ao “Programa de Regionalização Roteirização Turística” do Ministério do Turismo, que aponta que os roteiros sejam elaborados por meio de constantes visitas técnicas ao local. A visita técnica cumpre a função de verificar a possibilidade de aplicação efetiva da proposta. Durante as visitas, foi elaborado um documento de análise S.W.O.T., contendo as forças, as fraqueza, as oportunidades e as ameaças. Isso possibilitou o posicionamento da localidade no cenário turístico atual.

CAPÍTULO 2

RESULTADOS

2.1 Potencial para o segmento de Turismo Histórico-Cultural e de Guerra em Corumbá, Mato Grosso do Sul

O turismo cultural desponta fortalecido como uma das vertentes mais significativas da dimensão cultural do desenvolvimento: pela riqueza de variantes que comporta; pelas interfaces que motiva; pelos desdobramentos que pode estimular; pelos efeitos possíveis na construção da cidadania; pela valorização da alteridade, isto é, a compreensão da existência de outros patrimônios e ações culturais que, assim como os nossos, merecem igual respeito. Também pelo retorno econômico que propicia e, sobretudo, pelo compromisso que assume com as gerações futuras (Azevedo, 2002, p. 151).

De acordo com Murta (2009, p. 135),

O turismo cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação do público visitante”.

O Programa Monumenta foi concebido no final da década de 1990, com o objetivo de dinamizar o processo de preservação do patrimônio histórico dos núcleos urbanos sob proteção federal, por meio de uma atuação que integrasse desde a restauração de monumentos até a capacitação de mão-de-obra. Busca gerar condições de desenvolvimento local e garantir a manutenção e a continuidade das ações pelos próprios atores municipais (IPHAN, 2009).

A estruturação das ações para cada cidade fundamentou-se na implementação de atividades ligadas ao turismo cultural, tido como principal, ou única, alternativa viável para aliar o desenvolvimento local à preservação. As ações do Programa compreendem a restauração de monumentos nacionais, requalificação urbanística de espaços públicos, financiamento para a recuperação

de imóveis privados, fortalecimento institucional, capacitação, promoção de atividades econômicas e educação patrimonial. Todas as cidades, independentemente do porte, da estrutura social ou da dinâmica local, deveriam desenvolver todas essas ações (IPHAN, 2009).

A cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, localizada às margens do rio Paraguai, sempre teve sua vida associada ao rio. Em função disso, a principal ação do Programa Monumenta ali foi a reurbanização da orla do rio, promovendo melhorias importantes para o sítio histórico, para os moradores da cidade e para os visitantes (IPHAN, 2009).

O enfoque principal de cada projeto variou de acordo com as características urbanísticas locais. Em algumas cidades, como São Francisco do Sul (SC), a intervenção mais estruturante foi a requalificação da orla, fluvial ou marítima; em outras, a requalificação das praças e parques, como foi o caso de Vale dos Contos e do Horto Botânico de Ouro Preto (MG). Houve ainda cidades em que a recuperação dos imóveis privados assumiu esse papel, entre elas, Natividade (TO), Porto Alegre (RS) e Goiás (GO) (IPHAN, 2009).

A intervenção na cidade de Corumbá (MS) buscou requalificar as instalações portuárias, por meio da construção de acessos que oferecem maior conforto aos usuários e condições de segurança às embarcações. Corumbá é ponto de partida de excursões fluviais para locais que são santuário ecológico. O espaço urbano contíguo ao porto teve o calçamento alargado, recebendo nova iluminação e mobiliário urbano. Os melhoramentos consolidaram a área como o principal espaço público corumbaense, local onde se realizam diversas atividades do calendário cultural da cidade. Na orla também estão o Edifício Comercial Wanderley, Baís & Cia, restaurada pelo Monumenta, onde se encontra o Museu da História do Pantanal (IPHAN, 2009).

Segundo Oliva (2014), Corumbá possui uma diversificada oferta turística, apoiada substancialmente em um calendário oficial de eventos, sendo os já consolidados, segundo informações da Fundação de Turismo, o Carnaval, o Festival América do Sul e o Banho de São João. Esses três eventos são assim considerados por já possuírem um período predefinido para acontecer, tendo cada um deles finalidade específica. Além disso, Corumbá possui elementos

histórico-culturais que podem ser trabalhados, ampliando suas possibilidades enquanto destino turístico.

2. 2 Proposta do roteiro turístico

A proposta de roteiro turístico para Corumbá possui temática de guerras que ocorreram na fronteira oeste do Mato Grosso do Sul. Os atrativos selecionados estão descritos abaixo, e o trajeto para visitá-los na ordem aqui indicada tem aproximadamente 1,2km de percurso.

2.2.1 Museu da História do Pantanal, situado na Rua Manoel Cavassa, 275, Centro – Entrada gratuita

Criado pelo professor Carlos Etchevarne, o Museu está localizado no Porto Geral de Corumbá. O Museu está instalado no Edifício Comercial Wanderley, Baís & Cia, uma construção histórica que tem um importante valor arquitetônico para o estado e para o país.

O prédio, construído em 1876, se destaca por sua arquitetura e estrutura. O piso e a escada de ferro, com desenhos exóticos, vieram da Inglaterra. Funcionou como um dos principais armazéns do Porto Geral e foi sede da 14ª agência do Banco do Brasil, instalada em Corumbá em 1916. O prédio foi reformado em 2006 pelo Programa Monumenta.

No Museu estão expostos objetos que contam a história da região do Pantanal, da pré-história – com peças arqueológicas -, passando pela conquista espanhola, a dominação portuguesa com os bandeirantes, a chegada das monções, de etnias como os paiaguás e os guaicurus, a chegada da estrada de ferro, a Guerra do Paraguai e a reocupação do território brasileiro.



Figura 2:Muphan.
Fonte: A autora (2017).

2.2.2 Ladeira Cunha e Cruz

É conhecida também como Ladeira da Candelária, por ficar em frente à Matriz Nossa Senhora da Candelária, ou Ladeira da Saúde, por abrigar um posto de saúde pública, ou ainda Ladeira da Capitania, pois na esquina com a Rua Delamare está a Capitania dos Portos de Corumbá.

É um dos principais acessos ao Porto Geral e ao rio Paraguai. A denominação oficial homenageia um capitão da tropa brasileira que derrotou o exército inimigo na retomada de Corumbá durante a Guerra da Tríplice Aliança, quando a cidade foi invadida pelos paraguaios.

No local, travou-se uma sangrenta batalha em 13 de junho de 1867. Hoje, a Ladeira é conhecida por ser palco principal do Arraial do Banho do São João, na noite de 23 para 24 de junho. Por ela descem as procissões para banhar a imagem do santo no rio, uma característica única das festas juninas na região.



Figura 3:Ladeira Cunha e Cruz.
Fonte: A autora (2017).

2.2.3 Praça da República, situada na Rua Delamare, Centro, entre as ruas Antônio Maria e Antônio João

O local onde foi travada a batalha da retomada da cidade na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 13 de junho de 1867, tornou-se a Praça da República, que possui uma réplica do obelisco construído por Ramsés II, datado de 4000 a.C., e que está na Praça da Concórdia, em Paris, numa homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai. No século XX a praça foi uma fortificação militar, com capela e residência das pessoas que habitavam a então Vila de Albuquerque Nova (primeira denominação de Corumbá). Palco da batalha final da retomada do lugarejo contra tropas paraguaias em 1867, funcionou também como uma freguesia antes de ser construída, em 1924.



Figura 4: Praça da República.
Fonte: A autora (2017).

2.2.4 ILA – Instituto Luiz de Albuquerque, situado na Praça da República, 119, Centro – Entrada gratuita

O Instituto Cultural Luiz de Albuquerque, mais conhecido como ILA, é um centro cultural localizado em Corumbá. Construído entre 1918 e 1922 pelo Dr. Miguel Carmo de Oliveira (engenheiro) e por José Antônio Marinho (construtor), foi destinado à educação, abrigando um grupo escolar. A partir de 1980, passou a ser administrado pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul e em 1984 recebeu o nome atual. Em 1998 foi entregue à Administração Municipal. No Museu pode-se encontrar animais empalhados, peças de várias tribos indígenas da região, sessões de artes plásticas e de artesanato em couro e barro, utensílios usados nas fazendas centenárias, objetos pessoais dos primeiros desbravadores do Pantanal e do Marechal Cândido Rondon.

A espada que pertenceu ao Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho, um dos heróis da retomada de Corumbá, faz parte do acervo do ILA.



Figura 5:ILA - Instituto Luiz de Albuquerque.
Fonte: A autora (2017).

2.2.5 Praça da Independência, situada no cruzamento da Avenida General Rondon com a Rua Quinze de Novembro, Centro

Localizada no centro da cidade, a Praça da Independência já foi um zoológico. Apenas outras três praças, duas no Brasil e uma na Alemanha, possuem seu estilo de construção, originariamente toda murada em mármore com portões de ferro. Foi inaugurada em 1917. O coreto, em forma octogonal, foi importado da Alemanha, de onde também veio o mosaico do calçamento da parte externa.

A praça tem quatro esculturas, representando as estações do ano, que foram esculpidas em Pisa (Itália) em pedra de mármore de Carrara, doadas por um conde italiano que veio caçar no Pantanal. Nela, os corumbaenses reverenciam os seus heróis da Guerra do Paraguai, como o Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho.



Figura 6: Praça da Independência.
Fonte: A autora (2017).

Mapa com o trajeto do roteiro proposto



① Museu da História do Pantanal



② Ladeira Cunha e Cruz



③ Praça da República



④ ILA - Instituto Luiz de Albuquerque



⑤ Praça da Independência

Legenda

- ① - Atrativos
- - - Percursos entre os Atrativos

Organização: Dalva Maciel Correa, 2017.
Fotos: Autora.

2.3 Quadro 1 – Roteiro do circuito e suas principais características

Local	Descrição do Atrativo	Infraestrutura Urbana de Corumbá	Observações
Museu da História do Pantanal	Inaugurado em agosto de 2008, no histórico prédio Wanderley & Baís, construído em 1876 no Porto Geral de Corumbá, o Museu da História do Pantanal (MUPHAN) representa a identidade do Pantanal de forma lúdica, didática e interativa, com recursos cenográficos. No espaço é possível conferir fósseis, fragmentos arqueológicos, bem como obras interativas que abordam temas como a guerra com o Paraguai, as incursões jesuíticas, a ocupação indígena e as atividades econômicas da região. No local estão expostos objetos que contam a história da região do Pantanal, da pré-história – com peças arqueológicas –, passando pela conquista espanhola, a dominação portuguesa com os bandeirantes, a chegada das monções, as etnias como os paiaguás e guaicurús, a chegada da estrada de ferro, a Guerra do Paraguai e a reocupação do território brasileiro.	<ul style="list-style-type: none"> – Hotéis e pousadas; – boa rede gastronômica; – aeroporto com voos diários, exceto no sábado; – acesso asfáltico; – não existe serviço de guias; – existe apenas uma rede de linha de transporte; – artesanato de boa qualidade; – pequenos bares. 	<p>O MUPHAN fica no Porto Geral de Corumbá, capital do Pantanal sul-mato-grossense, com vista para o rio Paraguai.</p> <p>Distante 430 km de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul.</p>
Ladeira Cunha e Cruz	Conhecida também como Ladeira da Candelária, é um dos principais acessos ao Porto Geral e ao rio Paraguai. Seu nome é uma homenagem a um capitão da tropa brasileira que derrotou os paraguaios na batalha de 13 de junho de 1867. No local, travou-se uma sangrenta batalha.	<ul style="list-style-type: none"> – Não existe serviço de guias; – serviço de telefonia. 	<p>A Ladeira é conhecida por ser o palco principal do Arraial do Banho do São João, na noite de 23 para 24 de junho. Por ela descem as procissões para banhar a imagem do santo no rio, uma característica única das festas juninas na região.</p> <p>O Banho de São de João de Corumbá é registrado como patrimônio imaterial histórico, artístico e cultural do Estado desde 2010 (Decreto nº 12.923, de 21 de janeiro de 2010).</p>

Local	Descrição do Atrativo	Infraestrutura Urbana de Corumbá	Observações
Praça da República	O local, que foi cenário da batalha final da retomada de Corumbá em 1867, tem um obelisco feito em mármore em homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai.		
Instituto Luiz de Albuquerque – ILA	O espaço contém museu, biblioteca, sala de exposição, salão nobre para lançamento de livros, sala de poetas, oficina de teatro, oficina de artes plásticas, oficina de música e oficina circense. Fica em um prédio construído em 1871 para abrigar o Grupo Escolar Luiz Albuquerque, em homenagem ao fundador de Corumbá.		Atualmente, o prédio abriga a Fundação de Cultura de Corumbá, o Museu do Pantanal e duas das maiores bibliotecas do Estado: a Biblioteca Municipal Lobivar de Mattos e a Biblioteca Estadual Gabriel Vandoni de Barros. O prédio está íntegro, porém o estado de conservação interna é ruim.
Praça da Independência	Localizada no centro da cidade, a Praça da Independência já foi um zoológico. Apenas outras três praças, duas no Brasil e uma na Alemanha, possuem seu estilo de construção, originariamente toda murada em mármore com portões de ferro. Foi inaugurada em 1917. O coreto, em forma octogonal, foi importado da Alemanha, de onde também veio o mosaico do calçamento da parte externa. A praça tem quatro esculturas, representando as estações do ano, que foram esculpidas em Pisa (Itália) em pedra de mármore de Carrara, doadas por um conde italiano que veio caçar no Pantanal. Nela, os corumbaenses reverenciam os seus heróis da Guerra do Paraguai e da II Guerra Mundial.		

Fonte: o quadro, que ilustra resumidamente o circuito do roteiro e suas principais características, foi desenvolvido pela autora, que extraiu algumas informações do site(<http://www.corumba.ms.gov.br>) da Prefeitura Municipal de Corumbá para sua elaboração (2017).

Após a apresentação da proposta do roteiro turístico com a temática das guerras que ocorreram na fronteira oeste de Mato Grosso do Sul, apresentamos a análise realizada durante as visitas técnicas à cidade de Corumbá. Para tanto, elaboramos um documento de análise S.W.O.T. De acordo com Kotler e Kevin (2006), a análise S.W.O.T. é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou análise de ambiente), sendo usado como base para gestão e planejamento estratégico de organizações, podendo também ser aplicável na análise de roteiros turísticos.

2.4 Quadro 2 - Análise S.W.O.T. do conjunto de localidades

Localidade	Potencialidades	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
Museu de História do Pantanal	Atrativo histórico e cultural na forma de construção que foi mantida em sua forma original.	Permite o acesso de grupos limitados, sem infraestrutura de receptivo turístico.	Interesse por parte dos poderes público, privado e turistas para a realização das atividades.	Não apresenta infraestrutura adequada para receber os visitantes e não é comercializado pelos poderes público e privado.
Ladeira Cunha e Cruz	Localidade capaz de receber grupos.	Não existe infraestrutura necessária para torná-lo receptivo.	Proximidade com outros atrativos; interesse por parte dos poderes público e privado e dos turistas para a realização de atividades.	Não apresenta infraestrutura adequada para receber os visitantes e não é comercializado pelos poderes público e privado.
Praça da República	Boa infraestrutura para o recebimento de visitantes; fácil acesso e ambiente agradável. Local de grande importância histórica, cenário da batalha final	Permite o acesso de grupos limitados.	Possibilidade de integração com outras localidades próximas que apresentam atividades similares.	Não apresenta infraestrutura adequada para receber os visitantes e não é comercializado pelos poderes público e privado.

	da retomada de Corumbá em 1867, tem um obelisco feito em mármore em homenagem aos heróis da Guerra do Paraguai.			
Instituto Luiz de Albuquerque	Atrativo histórico e cultural na forma de construção que foi mantida em sua forma original.	Permite o acesso de grupos limitados.	Interesse por parte dos poderes público, privado e visitantes de conhecer o local.	Não apresenta infraestrutura adequada para receber os visitantes e não é comercializado pelos poderes público e privado.
Praça da Independência	Infraestrutura capaz de receber grupos; apresenta um atrativo diferenciado. Local de grande importância histórica, paisagística e ambiental, a praça reverencia os heróis da Guerra do Paraguai.	Permite o acesso de grupos limitados.	Existência de um público específico e interessado; possibilidade de integração com outras localidades próximas que apresentam atividades similares.	Não apresenta infraestrutura adequada para receber os visitantes e não é comercializado pelos poderes público e privado.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Mestrado em Estudos Fronteiriços é profissional, tendo por finalidade a apresentação de uma proposta com uma aplicabilidade, a conclusão é apresentada na forma de diretrizes, considerando a implementação da proposta de roteiro apresentada. Essas diretrizes podem ser utilizadas tanto na administração pública quanto na iniciativa privada.

Quadro 3 – Diretrizes de Implementação da Proposta do Roteiro Turístico

Diretriz	Ação Prioritária	Dimensão Temporal	Meios de Implementação
1ª) Aumentar a consciência da população no que se refere à qualidade do ambiente histórico cultural e à sua conservação.	Promoção de campanhas de conscientização histórica e cultural.	Implementação em curto prazo e execução em médio prazo.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de sistemas de comunicação social; - Campanhas de divulgação de material escrito; e - Vídeos, cartazes, meios eletrônicos; acesso às redes de informações: internet; programas de rádio e televisão.
2ª) Promover as culturas locais, visando à promoção de benefícios e de oportunidades para as comunidades locais	Capacitação de recursos humanos locais para o desenvolvimento do conhecimento histórico e cultural, aplicado à atividade do turismo	Implementação em curto prazo e execução em médio prazo.	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação institucional; e - Promoção de ações, envolvendo empreendedores e população local para um programa de treinamento e desenvolvimento de capacidades voltadas a

			formar os residentes locais, para que trabalhem eficazmente o nível do segmento do turismo histórico cultural e de guerra.
3ª) Promover a educação e a informação adequadas aos profissionais do segmento do turismo	Cursos de formação profissional e de reciclagem na área de História aplicada ao turismo.	Implementação e execução a curto prazo.	<ul style="list-style-type: none"> - Fortalecimento e direcionamento das ações de formação profissional; - Adequação de programas e currículos com a realidade local; e - Promoção de cursos de profissionalização e reciclagem regionalizados, seminários e atualização e oficinas de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Este trabalho apresenta-se como uma possibilidade de resgate histórico da Guerra da Tríplice Aliança, por meio da proposta de um roteiro turístico que tem por objetivos fortalecer a imagem da cidade de Corumbá-MS que hoje está centrada no turismo de pesca, e fortalecer outros segmentos do turismo, nesse caso o turismo histórico cultural e de guerra, aumentando o período de permanência de turistas, bem como proporcionando uma forma organizada, educativa e proveitosa de lazer tanto para visitantes quanto para moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRUKIU, M.G. Reminiscências de Guerra em Curitiba, Paraná Brasil: Proposta de um Roteiro Turístico Local. *Cultur – Revista de Cultura e Turismo*, Paraná, v. 9, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.uesc.br/index/php/cultur/article/vieh/571>. Acesso em 13 de jan. 2017.

ALBUQUERQUE, L. O Tratado de Tordesilhas e dificuldades técnicas da sua aplicação rigorosa. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1973.

ALLIS, T. *Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo*. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura), FAU, Universidade de São Paulo.

_____. Viajantes, visitantes, turistas. Em busca de conceitos em um mundo urbano. *Caderno Virtual de Turismo*, Edição Especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo, Rio de Janeiro, 14, supl. 1, p.87-96, 2014.

ALMEIDA, L. F.de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957. V. 1 (1493-1700).

AZEVEDO, J.; IRVING, M. A. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura, 2002.

AZEVEDO, A. M. B. *Cartões de cidade e a experiência turística nos destinos urbanos*. Porto, 2011. Dissertação (Mestrado em Turismo), Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BAHL, M. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARRETO, M. *Cultura e turismo: discussões contemporâneas*. Campinas: Papirus, 2007.

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. *Brasil: uma potência regional na economia-mundo*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 (Coleção Geografia).

BETHELL, L. A Guerra do Paraguai: história e historiografia. In: MARQUES, E. C. M. (Org.). *Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Título VIII da Ordem Social. Capítulo III. Da Educação da Cultura e do Desporto. Disponível em. Acesso em 23 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteiros Brasil*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, DF: 2007. Disponível em < http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao_turismo.pdf>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo Cultural: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 3. ed. Brasília, DF: 2010.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo e ordenação no espaço urbano. In: _____. *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Turismo, Organização e Reconstrução do Espaço Urbano Contemporâneo. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p. 381-389, 2013.

CARVALHO, K. D. Lugar de memória e sustentabilidade dos espaços urbanos: reflexões para o planejamento do turismo cultural. In: SIMÕES, M. de L. N.; VOISIN, J. (Orgs.). *Expressões culturais, literatura e turismo: estudos sobre memória, identidade e patrimônio cultural*. Ilhéus: Editus, 2011.

CARVALHO, K. D. Lugar de memória e turismo cultural: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Revista de Cultura e Turismo*, [s.l.], ano 1, n. 4, p. 15-31, 2010.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. *Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CORRÊA, V. B. *Fronteira Oeste*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

DAYCHOUW, M. *40 Ferramentas e Técnicas de Gerenciamento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

DIOGO, E. (Org.). *Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos*. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

DOMINGOS, S. G. *Território e Negócios na "Era dos Impérios": os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, P. M. *A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830 – 1910)*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

ESSELIN, P. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de; OLIVEIRA, M. A. M. de. *Fronteiras esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

FERRELL, O. C.; HERTLINE, Michael D. *Estratégia de Marketing*. Tradução All Tasks e Marlene Cohen. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

Fortuna, C. Patrimônio, turismo e emoção. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2012. Disponível em: <http://www.rccs.revues.org/4898>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FRAGA, N. C. Turismo de Guerra: a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco Inicial – Guerra do Contestado (1912-1916). *Revista PerCurso – Curitiba em Turismo*, Curitiba, ano 1, n. 1, p.43-76, 2002.

GASTAL, S. Turismo & Cultura: por uma relação sem diletantismos. In: _____ (Org.). *Turismo: 9 propostas para um saber-fazer*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. Lugar de memória: por uma aproximação teórica ao patrimônio local. In: _____ (Org.). *Turismo: investigação e crítica*. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. A construção social de um destino turístico: Coimbra, cidade e imaginário. Actas do VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Lisboa: APS, 2009.

HAYLLAR, B; GRIFFIN, T; EDWARDS, D; ALDRIGUI, M. *Turismo em cidades: espaços urbanos, lugares turísticos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOBAL, M. A.; MEDEIROS, W. R.; FRAGA, N. C. *Análise da percepção do turismo de guerra: uma viagem à luz daqueles que o percorreram*. Observatório Geográfico da América Latina: [s.l.], 2009.

KOTLER, P.; KELLER, K. *Administração de marketing*. 12.ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

ISTOE independente. *Turismo de Guerra: locais onde ocorreram confrontos sangrentos atraem visitantes interessados em experiências que aliem lazer e cultura*. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/185632_TURISMO+DE+GUERRA. Acesso em: 05 jan. 2017.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostras e Técnicas de Pesquisas, Elaboração, Análise e Interpretação de Dados*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Revista Território*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 8, p. 9 -29, 2000.

MAGNOLI, D. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da UNESP; Moderna, 1997. (Biblioteca Básica).

MELLO, R. S. de. *As Maravilhas da Padroeira do Forte Coimbra*. Rio de Janeiro: SMG; Imprensa do Exército, 1965.

_____. *História do Forte Coimbra*. Campo Grande: Instituto Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2014.

MOLETTA, V. *Comercializando um destino turístico*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

MONTANA, P. J.; CHARNOV, B. H. *Administração*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MURTA, S. M. *Interpretação do Patrimônio para o turismo sustentado: um guia*. Belo Horizonte: Sebrae, 1995.

_____. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In: CAMARGO, P. de; CRUZ, G. da (Orgs.). *Turismo cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências*. Ilhéus: Editus, 2009.

NORDESTE TURISMO. Roteiro turístico refaz caminho da guerra de canudos. 2011. Disponível em: <http://www.nordesturismo.com.br/noticias/roteiro-turistico-refaz-caminhos-da-guerra-de-canudos/>. Acesso em: 06 jan. 2017.

OLIVA, E. S. da C. *Estudo sobre a demanda hoteleira em Corumbá – MS: uma análise em períodos de eventos turísticos*. Corumbá, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Câmpus do Pantanal, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

OLIVEIRA, T. C. M. *Tipologia das Relações Fronteiriças*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. Campinas: Papirus, 1993.

PEREGALLI, E. *Como o Brasil Ficou Assim? Formação das Fronteiras e Tratados dos Limites*. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

PIRES, M. J.; AMORIM, M. M. II Guerra Mundial e o Turismo: A utilização dos remanescentes da II Guerra Mundial para o Desenvolvimento do Turismo Cultural. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, São Paulo, v. 4, n. 2, 2010/2012. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/turismocultural/8.02_Mariana_e_MJPires.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

REICHEL, H. J. Personagens fronteiriços em tempos de guerra: a região platina (1811-1820). In: GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M. R. C.; LOPES, M. A. de S. (Orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'água, 2003.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, J. N. *et al. 50 Gurus Para o Século XXI*. Lisboa: Centro Atlântico, 2005.

RUIZ, J. Á. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SILVEIRA, M. C. *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

TAVARES, A. M. *City tour*. São Paulo: Aleph, 2002.

TEIXEIRA, F. B. *A primeira Guerra do Paraguai. A expedição naval do Império do Brasil a Assunção 1854 -5*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

TORDESILHAS, 1494 Tratado de Tordesilhas. Disponível em: http://www.cav-templarios.hpg.ig.com.br/tratado_de_tordesilhas.htm. Acesso em: 14 ago. 2017.

UNESCO. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Brasília, DF: [s.l.], 2013.